



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
XLV CONCURSO PARA INGRESSO
À CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA DISCURSIVA

GRUPO TEMÁTICO III

CADERNO DE QUESTÕES

Instruções:

- A prova é composta por 4 questões dissertativas.
- Este caderno de respostas contém, além da capa, 8 folhas.
- Este caderno não deve ser desgrampeado. Nenhuma folha deve ser destacada.
- Ao término da prova este caderno deverá ser entregue ao fiscal.
- Não será permitido ao candidato levar consigo este caderno de questões.

1. Basílio, desconfiado de que Josenaldo, seu empregado, está a subtrair mercadorias de seu estabelecimento comercial, separa duas calças masculinas e um par de sapatos, avaliados em R\$ 410,00 (quatrocentos e dez reais). A seguir, atendendo à orientação de policiais previamente informados acerca do quadro, deixou as referidas mercadorias, deliberadamente, ao alcance do respectivo empregado (na cabine de vestir), introduzindo, naquele estabelecimento, três milicianos, a fim de surpreendê-lo, ficando todos de atalaia. Acontece que a desconfiança acabou se confirmando porque, no momento em que Josenaldo já havia introduzido os objetos na sua bolsa, houve a imediata intervenção policial, originando a sua pronta detenção, embora, logo depois, o agente tenha sido liberado por conta da não lavratura de auto de prisão em flagrante. Nada obstante, foram colhidas as respectivas declarações na Delegacia de Polícia. Ainda naquele ensejo, e por conta do contexto em que foi pilhado, Josenaldo acabou por deferir um soco em Basílio, causando-lhe lesões de natureza leve, conforme auto de exame de corpo de delito de fls. Em apreço aos termos do enunciado, considere que adotada a teoria da *ablatio*; o fato ocorreu em 23 (vinte e três) de maio de 2008 (dois mil e oito); o empregado em questão é primário; laborando no local, e na qualidade de deficiente físico (paraplégico-locomovendo-se através de cadeira de rodas), há mais de 15 (quinze) anos.

Diante dos dados trazidos, e na condição de Promotor de Justiça que recebeu as peças do respectivo inquérito policial, indaga-se:

1.1. Houve a prática de algum ilícito penal? Justifique.

1.2. Se afirmativa a resposta, houve a consumação? Justifique.

1.3. Na hipótese de professado o entendimento em torno da ocorrência do crime tentado, qual o critério a ser utilizado na aplicação do redutor respectivo? Justifique.

2. Pafúncio, brasileiro, casado, pobre, comerciante, primário, nascido em 18 (dezoito) de outubro de 1985 (mil novecentos e oitenta e cinco – *ut* certidão de nascimento acostada aos autos), foi denunciado, processado e depois condenado pelo crime de furto simples tentado (art. 155, *caput*, c/c art. 14, inc. II, do Código Penal), relativamente a fato ocorrido no dia 03 (três) de maio de 2006 (dois mil e seis), envolvendo a subtração de um relógio e outros objetos pessoais da vítima respectiva, a qual suportou prejuízo de R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais).

No caso telado, as circunstâncias judiciais se desvelaram favoráveis, salvante o aspecto atinente à ausência de recuperação integral da *res*, muito embora a sentença, equivocadamente, tenha reconhecido o *conatus*.

Diante disso, atendo-se exclusivamente aos dados fornecidos no problema, responda aos itens adiante arrolados, sendo que, em havendo divergência doutrinária ou jurisprudencial, mencione a corrente porventura adotada, a qual embasa a resposta eleita.

Nesse passo:

2.1. Fixe (aplique) as penas (privativa de liberdade e multa) a serem impostas ao acusado, usando fundamentação adequada.

2.2. Estipule, em outra medida, o regime prisional cabível, fazendo-o de forma fundamentada.

2.3. Fundamente, outrossim, acerca da possibilidade ou não da concessão do *sursis* (suspensão condicional da pena), mediante as respectivas condições ou, se for o caso, da substituição da pena privativa de liberdade originariamente fixada, realizando, se cabível, a substituição pertinente.

Obs.: as questões 3 e 4 só têm uma resposta certa. Respostas condicionais ou com duas alternativas serão desconsideradas.

3. Epaminondas estava no Aeroporto Internacional Salgado Filho à procura de uma oportunidade para ganhar dinheiro fácil, quando percebeu que um turista norte-americano deixou uma pequena bolsa num balcão de lancheria. Imediatamente recolheu-a e percebeu que continha alguns “travellers checks” em dólares. Como não poderia reproduzir as assinaturas que ali constavam, teve a idéia de falsificar aqueles documentos com a ajuda de Setembrino, técnico de informática de uma grande empresa. Na sua concepção criminosa, como tais cheques de viagem estrangeiros são aceitos no país pelos estabelecimentos bancários como papel-moeda, e não havendo uma fiscalização aguda do Banco Central e das autoridades policiais, seria mais fácil falsificá-los do que as cédulas de reais. Utilizando os mais sofisticados e aprimorados métodos e aparelhos, ambos conseguiram falsificar os cheques de uma forma quase perfeita, usando os originais como modelos. De posse dos mesmos, Epaminondas dirigiu-se a uma agência do HSBC em Porto Alegre, que negocia cheques de viagem em moedas estrangeiras (dólares e euros), onde efetuou a troca de dez cheques de U\$ 100,00 por dinheiro nacional. Na hora, como a falsificação não era grosseira, o funcionário nem desconfiou. Dois dias mais tarde porém, foi descoberto o golpe e a Polícia Civil, agindo com rapidez e eficiência, logrou descobrir os autores, capitulando o fato no inquérito policial como sendo o delito de moeda falsa (art. 289 do Código Penal). Recebendo os autos, o Dr. Promotor de Justiça ficou indeciso, notadamente acerca do juízo competente para processar os falsários. Considerando todos os dados pertinentes ao evento delituoso, analise-os e indique, com fundamento legal e justificativa, qual seria a solução correta a ser adotada pelo “Parquet”.

4. Atalábio foi processado em Porto Alegre como incurso no art. 155, *caput*, do Código Penal, em razão de fato ocorrido em 05 (cinco) de maio de 2008 (dois mil e oito) (segunda-feira). A denúncia foi recebida em 11 (onze) de dezembro de 2008 (dois mil e oito) (quinta-feira), tendo a instrução processual ocorrido celeremente. Durante todo o feito, o réu foi defendido por defensor constituído. Tendo sido condenado, iniciou-se a fase das intimações de praxe. O advogado de defesa foi intimado na capital do Estado em 29 (vinte e nove) de abril de 2009 (dois mil e nove) (quarta-feira). Como o sentenciado residia em Santa Maria, a intimação foi feita por precatória, em 30 (trinta) de abril de 2009 (dois mil e nove) (quinta-feira), quando disse ao oficial de justiça que estava em dúvida se desejava recorrer ou não. Depois do feriado do dia 1º de maio, a precatória estava para ser devolvida, quando o acusado solicitou ao juízo, pessoalmente, que se anexasse ao documento judicial uma missiva sua, desistindo do direito de recorrer por motivos religiosos, o que foi deferido imediatamente pela autoridade judiciária deprecada. A precatória com a carta do réu foi juntada aos autos em 11 (onze) de maio de 2009 (dois mil e nove) (segunda-feira), e no mesmo dia, apesar de tomar conhecimento naquela data do desejo de seu cliente, o causídico protocolou apelação. Como o Magistrado deve decidir o conflito entre cliente e advogado, considerando todas as nuances do feito? Explique.